



## **15 DE OUTUBRO DE 2018**

### **Segunda-feira**

- **EVENTO: OUTUBRO ROSA SINDIMETAL/PR**
- **ÍNDICE DE SENTIMENTO DO CONSUMIDOR CAI A 99,0 EM OUTUBRO NOS EUA**
- **ALTA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO INIBE EXPANSÃO DO CRÉDITO**
- **RECEITA PAGA NESTA SEGUNDA RESTITUIÇÃO PARA 2,5 MILHÕES DE CONTRIBUINTES**
- **COMANDANTES DA REFORMA TRABALHISTA NO CONGRESSO FRACASSAM NAS URNAS**
- **AUTÔNOMO TEM DE GANHAR O DOBRO DE TRABALHADOR CLT PARA MANTER PADRÃO**
- **DIREITO DA GESTANTE À ESTABILIDADE NÃO DEPENDE DE CONHECIMENTO DO EMPREGADOR**
- **MERCADO VOLTA A ELEVAR EXPECTATIVA PARA INFLAÇÃO, MAS REDUZ CONTA PARA DÓLAR**
- **SELIC NO FIM DE 2019 PERMANECE EM 8,00% AO ANO, MOSTRA FOCUS DO BC**
- **IPCA PARA 2018 PASSA DE 4,40% PARA 4,43%, PREVÊ FOCUS**
- **'HÁ CONSENSO QUE REFORMAS E AJUSTES DEVEM SEGUIR PARA ELEVAR PIB', DIZ ILAN**
- **ALTA DO DÓLAR SÓ DEVE AFETAR DÍVIDAS DE EMPRESAS INDIRETAMENTE, DIZ FITCH**
- **PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO PELA VALE ATINGE NOVO RECORDE NO 3º TRIMESTRE**

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 15/10/2018</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,723	3,724
<b>Euro</b>	4,316	4,318

**Fonte: BACEN**

### **EVENTO: OUTUBRO ROSA SINDIMETAL/PR**

15/10/2018 – Fonte: SINDIMETAL/PR

O SINDIMETAL/PR tem o prazer de convidar todas as mulheres atuantes nas indústrias do setor metalmeccânico para o evento:

### **OUTUBRO ROSA SINDIMETAL/PR**

**São bem-vindas para participar do evento as mulheres que atuam em todos os setores das indústrias metalmeccânicas, sejam elas da área operacional ou administrativa. Não há limite de participação por empresa, podendo realizar a inscrição todas as mulheres que tenham interesse em participar do evento.**

Venha passar uma tarde agradável e conversar conosco sobre a participação da mulher nas indústrias paranaenses, diversidade e saúde da mulher.

**\* \* AO FINAL DO EVENTO SERÁ SERVIDO UM COFFEE BREAK, HAVERÁ A DISTRIBUIÇÃO DE BRINDES E AS PARTICIPANTES CONCORRERÃO, TAMBÉM, A UM JANTAR NO RESTAURANTE COCO BAMBU ( <https://cocobambu.com> )**



Temas Abordados:

**\* Robert Bosch: Iniciativas para promoção de diversidade de gênero na empresa** - Gabrielle dos Santos e Marcia Walter

**\* Diversidade: A mulher e a Deficiência** - Yvy Abbade

## \* Desafios em Saúde da Mulher - Dra. Marília Porto Bonow

*Convite*

O SINDIMETAL/PR tem o prazer de convidar as mulheres atuantes nas empresas do setor metalmecânico para o evento:

**OUTUBRO ROSA SINDIMETAL/PR**

Venha passar uma tarde agradável e conversar conosco sobre a participação da mulher nas indústrias paranaenses, diversidade e saúde da mulher.

**\* Ao final do evento será servido um coffee break e haverá a distribuição de brindes.**

**Temas Abordados**

- \* Robert Bosch: Iniciativas para promoção de diversidade de gênero na empresa - Gabrielle dos Santos e Marcia Walter
- \* Diversidade: A mulher e a Deficiência - Yvy Abbade
- \* Desafios em Saúde da Mulher - Dra. Marília Porto Bonow

**Speakers:**

-   
Marcia Walter  
Gerente de RH da Robert Bosch
-   
Gabrielle dos Santos  
Analista de RH da Robert Bosch
-   
Yvy Karla Abbade  
Diretora da UNILEHU
-   
Dra. Marília Porto Bonow  
Ginecologista e Obstetra UFPR

**EVENTO GRATUITO**

Para empresas associadas e filiadas ao SINDIMETAL/PR.  
Inscrições até o dia 11/10/2018, pelo telefone (41) 3218-3935, com Myriam Veiga, ou e-mail [comunicacao@sindimetal.com.br](mailto:comunicacao@sindimetal.com.br)

**A CONFIRMAÇÃO DA PRESENÇA É INDISPENSÁVEL.**

Vagas limitadas a 80 participantes, por ordem de inscrição.

**18 de Outubro de 2018**  
Das 13h30 às 17h  
**SINDIMETAL/PR**  
Rua Ângelo Greca, 70 - Atuba - Curitiba

Realização:  Apoio:    

### Índice de sentimento do consumidor cai a 99,0 em outubro nos EUA

15/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-0-2018)

O índice de sentimento do consumidor dos Estados Unidos elaborado pela Universidade de Michigan recuou de 100,1 em setembro a 99,0 na preliminar de outubro, segundo relatório desta sexta-feira. Analistas ouvidos pelo Wall Street Journal previam queda menor, a 100,0.

O índice das condições atuais teve baixa de 115,2 em setembro a 114,4 em outubro. O índice de expectativas, por sua vez, foi de 90,5 em setembro a 89,1.

A pesquisa mostra ainda que os consumidores projetam inflação de 2,8% nos EUA nos próximos 12 meses. Nos próximos cinco anos, a expectativa é de inflação anual de 2,3%.

### Alta informalidade no mercado de trabalho inibe expansão do crédito

15/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-0-2018)

#### **Com crise, bancos estão mais restritivos; falta de carteira de trabalho reduz ainda mais os financiamentos**

A alta informalidade no mercado de trabalho pode emperrar uma reação mais vigorosa do crédito. A situação preocupa porque, no país, o crédito serve de estímulo fundamental ao consumo que, por sua vez, é o grande motor da economia.

Sem carteira de trabalho, porém, tende a ficar mais difícil para o consumidor —em especial o de baixa renda— apresentar garantias para tomar empréstimo, mesmo que haja predisposição para negócio de ambas as partes.

Dos 92 milhões de ocupados, ao menos 41% (ou 37,8 milhões) estão no mercado informal, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

São trabalhadores do setor privado ou domésticos sem carteira, além dos chamados trabalhadores “por conta própria” sem carteira —pequenos empreendedores de renda mais baixa, como vendedores ambulantes.

No mercado de crédito, o percentual de consumidores que não usa nenhuma modalidade de crédito ainda é alta, em 55,6%, segundo dados mais recentes de pesquisa da CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas).

Oito em cada dez consumidores afirmam estar no limite do orçamento.

A dificuldade para contratação de empréstimos e financiamentos é maior nas classes C, D e E.

Nessas faixas sociais, mais da metade dos consumidores (55,3%) considera ser difícil ou muito difícil a contratação de qualquer modalidade de financiamento.

Por outro lado, o crédito é fundamental para boa parte dos consumidores: em julho, segundo a CNDL, 67% dos que usaram o cartão de crédito o fizeram para compras em supermercados.

Para Marcelo Gazzano, economista da consultoria ACPastore, o efeito negativo da alta informalidade sobre o crédito pode ser observado, por exemplo, na trajetória do crédito consignado oferecido ao trabalhador do setor privado, portanto aquele dependente do emprego com carteira assinada.

Enquanto o crédito com desconto em folha como um todo ganhou corpo nos últimos anos, o consignado privado chegou a 9% do total de crédito consignado em 2012 e, de lá para cá, caiu abaixo de 6%.

A queda acompanha a trajetória de retração do mercado de trabalho.

Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman, lembra que a formalização do mercado de trabalho brasileiro na década de 2000 teve papel importante no processo de expansão do crédito.

“Crédito vive de informação. A possibilidade que o banco tem de avaliar o risco de crédito é baseada na informação que ele tem do tomador. Quem é formalizado tem facilidade para comprovar renda e pode ter acesso a crédito mais fácil e barato”, diz.

Representantes de setores que movimentam em peso o mercado de crédito, como construção e veículos, dizem que os bancos se tornaram mais restritivos à concessão de financiamento com a crise.

Esse processo tornou a carteira de trabalho ainda mais valiosa para aqueles em busca de empréstimo.

“É realmente um problema para o futuro”, diz José Carlos Martins, presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), sobre o impacto da informalidade no mercado de crédito.

“É evidente que quem vai conceder empréstimo vê com mais bons olhos quem tem renda formal, mas os bancos também conseguem fazer uma análise em cima da movimentação bancária do cliente, isso continua sendo feito por vias indiretas.”

Para Vitor Velho, economista da LCA Consultores, o crédito à pessoa física poderia estar crescendo mais se houvesse uma formalidade maior no mercado de trabalho.

“O mercado de crédito é fundamentado em garantias e, no Brasil, a carteira de trabalho é essencial para isso”, diz.

Bruno Ottoni, pesquisador da FGV (Fundação Getulio Vargas), lembra que os trabalhadores contratados como pessoas jurídicas (os “PJs”), mais expressivos nas classes com renda maior, recolhem tributos, logo não são considerados informais.

Quanto aos pequenos empreendedores na informalidade, Ottoni afirma que há um esforço do próprio governo de atraí-los para a formalização, o que ocorre não só para aumentar a arrecadação, mas também para tentar melhorar o acesso ao crédito a essa população.

Flávia Chein, professora associada da Universidade Federal de Juiz de Fora, tem estudos que apontam, porém, que é justamente a falta de acesso ao crédito que impede um trabalhador por conta própria informal de se formalizar.

“A decisão de se tornar empregador muitas vezes depende de fazer investimentos, como comprar equipamento, e isso depende do crédito.”

Vladimir Teles, pesquisador da FGV, também estuda como a falta de crédito afeta as empresas na informalidade. Para ele, a empresa informal é pequena e não consegue garantias para empréstimo, o que a mantém pequena.

“É a informalidade freando o desenvolvimento do setor financeiro e piores condições financeiras empurrando a economia para a informalidade”, diz Teles.

Para Abrão, da Oliver Wyman, quebrar esse ciclo não é fácil. Se a economia não gira, diz ela, mais trabalhadores acabam indo para a informalidade, o que dificulta o andamento econômico do país.

Especialistas afirmam que uma agenda de melhora do ambiente de negócios e de mais acesso a informações é fundamental para que o crédito consiga se descolar desse círculo vicioso.

A agenda incluiria, por exemplo, a aprovação do cadastro positivo — um banco de dados com informações sobre empréstimos e contas de consumidores adimplentes.

O projeto já entrou e saiu da pauta do Congresso algumas vezes e agora aguarda aprovação na Câmara.

Há ainda a revisão de leis como a de falência e garantias.

Segundo Antonio Megale, presidente da Anfavea (associação dos fabricantes de veículos), o setor trabalha com bancos e com o governo no estudo de uma legislação que destrave a recuperação de veículos de inadimplentes.

“A situação é muito judicializada, e estatísticas dos bancos apontam que a recuperação de um veículo inadimplente leva até dois anos”, afirma.

“Só que, nesse tempo, o carro pode já não se encontrar em condições adequadas, então o banco coloca um spread [a diferença entre o custo de captação do banco e o quanto ele cobra do empréstimo] muito elevado”, diz Megale.

Para ele, a recuperação em um período menor poderia ajudar a reduzir taxas de juros e o custo do financiamento.

Outro tema que não deve ser passageiro e precisa ser mais bem compreendido é a mudança nas formas de trabalho da modernidade, aponta Maurício Prado, da consultoria Plano CDE.

“Se olharmos de uma perspectiva histórica, de 20 anos, a formalidade cresceu muito no Brasil, mas não se perdeu tudo com a crise”, afirma.

Para Prado, embora a situação econômica seja algo conjuntural, o mercado de trabalho mais voltado para o funcionário contratado por projeto e menos para uma relação de trabalho com carteira assinada pode ser uma mudança estrutural —ou seja, veio para ficar.

Em nota, o Santander disse que não obriga o consumidor a comprovar sua renda na contratação de crédito se ele informar rendimento mensal de até R\$ 2.500.

O banco afirma que o cliente passará por outras etapas de análise para formação do seu perfil de risco, como consulta à base de dados dos birôs de crédito.

“Se ele tiver outras formas de comprovar renda, elas serão muito bem-vindas. Para abrir conta-corrente também é o mesmo caso.”

O Banco do Brasil disse que o cliente pessoa física que não tem comprovação de renda e deseja abrir uma conta, incluindo operações de crédito, pode lançar mão de declaração pessoal até o limite do valor de isenção de Imposto de Renda.

Sobre microempreendedores, o banco disse que, conforme vão se especializando na gestão de seus negócios, tendem a se formalizar.

A **Folha** procurou os demais grandes bancos, mas eles não quiseram comentar o assunto.

### **Receita paga nesta segunda restituição para 2,5 milhões de contribuintes**

15/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

#### **Quinto lote começou a ser liberado no fim de semana**

O dinheiro da restituição do Imposto de Renda para quem entrou no quinto lote cairá nesta segunda-feira (15). Na conta de 2,5 milhões de contribuintes. Alguns deles já receberam o dinheiro no fim de semana.

Quem não recebeu deve conferir se houve algum problema com a conta-corrente e se a restituição foi realmente liberada.

A Receita Federal informou que incluiu neste lote todas as declarações transmitidas até o dia 28 de abril, a dois dias do prazo final.

Do IR deste ano, os 2,5 milhões de contribuintes recebem R\$ 3,157 bilhões.

A restituição do imposto é, na prática, a devolução do que o contribuinte acabou pagando a mais no ano anterior (ano-base 2017).

Segundo a Receita, quem não recebeu o dinheiro nesta segunda deve ir pessoalmente a uma agência do Banco do Brasil ou entrar em contato pelos telefones 4004-0001, nas capitais; 0800-729-0001, nas demais cidades; e 0800-729-0088 (somente para deficientes auditivos).

Nesse contato, o contribuinte vai agendar o crédito em uma conta-corrente ou poupança. Esse passo a passo vale também para quem encerrou a conta informada na declaração e agora precisa incluir o novo destino do dinheiro.

Com o dinheiro da restituição, o mais recomendado é o contribuinte colocar a vida financeira em dia, eliminando dívidas que tenham juros altos.

Quem está com as contas pagas pode começar a avaliar a possibilidade de iniciar um investimento, como a caderneta de poupança ou títulos do Tesouro Direto. Neste último, é necessário contratar uma administradora.

## **Comandantes da reforma trabalhista no Congresso fracassam nas urnas**

15/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 12-10-2018)

### ***Políticos dizem que não conseguiram a reeleição devido a mentiras sobre novas regras***

Eles conduziram a aprovação em 2017 da reforma trabalhista sob o discurso de que ela iria impulsionar o emprego no país. Mais de um ano depois, porém, e em meio à letargia do mercado de trabalho, perderam suas vagas no Congresso Nacional.

Deputados e senadores que ocuparam postos-chaves na condução da reforma não conseguiram se reeleger no último dia 7, à exceção do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Ministro do Trabalho à época da apresentação e aprovação da reforma, o deputado Ronaldo Nogueira (PTB-RS) diz acreditar que a atuação pela nova lei trabalhista é o principal motivo que o impediu de se reeleger. Ele afirma que foram criadas mentiras em torno da nova proposta.

"Criou-se muitos mitos em torno da lei. Foram muitas mentiras que se propagaram e não houve o tempo hábil para a verdade chegar nas pessoas", afirmou.

Nogueira disse que a extinção do 13º salário e do FGTS foram algumas dessas mentiras. Afirmou, contudo, que não se arrependeu de apoiar o texto.

"Eu compreendi que eu estaria colocando em risco a minha reeleição, mas o compromisso com o Brasil foi mais forte", diz o ex-ministro, que recebeu R\$ 100 mil de doação eleitoral do presidente do Conselho de Administração da Cosan, Rubens Ometto Silveira Mello.

Mesmo com várias doações de empresários à sua campanha, o relator da proposta na Câmara, Rogério Marinho (PSDB-RN), também não conseguiu permanecer no cargo por mais um mandato.

O relatório de Marinho, aprovado pelos deputados em abril do ano passado, alterou cerca de cem pontos da CLT [Consolidação das Leis do Trabalho], atendendo a pleitos históricos do empresariado. A nova lei criou, por exemplo, a figura do trabalhador intermitente – sem garantia de jornada fixa – e reforçou a terceirização da atividade-fim das empresas.

Marinho recebeu doações de campanha, entre outros, de dirigentes da Riachuelo (R\$ 180 mil) e da Localiza (R\$ 50 mil).

"Houve um processo de desconstrução e de desinformação deliberado patrocinado pelas entidades sindicais e pelo PT contra a reforma e contra o relator da reforma. Parlamentares de todo o país que votaram favoráveis à reforma sofreram essa agressão e tiveram a dificuldade de fazer a defesa pela exiguidade de tempo [da campanha]", disse Marinho, afirmando ter muito orgulho do trabalho que fez.

Ele cita como um dos principais ganhos a grande redução do número de processos trabalhistas já que o empregado corre o risco de pagar honorários advocatícios e as custas de perícia e da ação, em caso de derrota.

"Eu nem conheço o Rogério Marinho. Acompanhei ele na Câmara, já vi ótimos pronunciamentos dele, eu que procurei ele para fazer a doação", diz José Salim Mattar Júnior, presidente da Localiza. Ele também doou para Ferraço (R\$ 200 mil) e para Maia (R\$ 200 mil).

"O Rodrigo Maia como presidente da Câmara fez um trabalho espetacular nesse período, ele foi algodão entre cristais, se mostrou um jovem que tem futuro na política. Eu que procurei ele, tive um jantar e ofereci ajuda."

O resultado não foi diferente para Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator do texto no Senado, que também deixará o Congresso –ele ficou em quarto na tentativa de se reeleger.

"O que prevaleceu foi mentira de centrais, do PT e aliados de que a reforma retirou direito. Ao prevalecer, claro que atrapalhou [a reeleição]", avaliou.

Ferraço reclama que os empreendedores não se empenharam para defender as mudanças na legislação publicamente.

"Os empreendedores brasileiros, e capixabas, eles não se movimentaram para poder reter a evolução dessas mentiras. Houve uma enorme acomodação e omissão do empreendedor brasileiro que vive isso na pele e deveria ter participado mais ativamente do debate", disse.

Além do ministro e dos relatores nas duas casas, os líderes do governo no Congresso, André Moura (PSC-SE), e no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), não foram reeleitos. Os dois não se manifestaram até a publicação desta reportagem.

Em 2017, quando o texto foi discutido no Congresso, o argumento dos defensores da reforma da CLT era de que a flexibilização permitiria um grande crescimento na contratação formal de trabalhadores.

O texto foi sancionado pelo presidente Michel Temer em julho do ano passado e entrou em vigor em novembro.

No acumulado de janeiro a agosto deste ano, o saldo de criação de empregos está positivo em 568,6 mil. Embora o resultado esteja melhor que no mesmo período do ano passado (163,4 mil), está abaixo das expectativas de especialistas no início do ano.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) aponta que a taxa de desemprego ficou em 12,1% no trimestre encerrado em agosto. A população desocupada — pessoas que não tinham trabalho, mas estavam procurando— somou 12,7 milhões.

Dias antes de a nova lei entrar em vigor, o então presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, disse em entrevista à **Folha** que é necessário reduzir direitos para garantir empregos.

"Nunca vou conseguir combater desemprego só aumentando direito", afirmou ele, um dos principais defensores da nova legislação.

Questionado sobre o resultado da reforma, Ricardo Ferraço diz que a situação econômica do Brasil prejudica o emprego.

"Tem uma crise muito profunda e um mercado de trabalho em perfeita mutação. Não é que a reforma trabalhista falhou. O que fizemos é o que o mundo que prospera fez há décadas, mas com crise profunda não tem vara de condão que, num passe de mágica, resolva [o desemprego]", disse o senador.



Para Nogueira, ex-ministro do trabalho, o cenário político atrapalha a geração de vagas de emprego formal.

“Se tivéssemos estabilidade política no Brasil, o cenário econômico seria bem melhor, haveria mais empregos gerados. Com a retomada da estabilidade política, depois das eleições, o ano de 2019 será muito bom para o Brasil”, afirmou.

Nogueira diz que não se arrepende de ter apoiado o projeto. “Os resultados serão reconhecidos na próxima geração.”

### **Autônomo tem de ganhar o dobro de trabalhador CLT para manter padrão**

15/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

#### ***Mudança exige planejamento; plano de saúde é o maior peso para quem atua por conta própria***

O trabalhador com carteira assinada que deseja partir para uma carreira como autônomo precisa faturar o dobro por conta própria para manter o mesmo salário e os benefícios equivalentes de quando era celetista.

Um celetista que ganha R\$ 5.148,66 por mês terá de faturar como autônomo, por exemplo, R\$ 10.519,76 (mais informações no quadro).

As projeções foram feitas, a pedido da **Folha**, por Silvia Franco, planejadora financeira certificada pela Planejar (associação do setor).

Em pesquisa Datafolha recente, metade dos entrevistados dizia preferir ser autônomo, com salários mais altos e pagando menos impostos, ainda que sem benefícios, a ter um trabalho com registro.

Aqueles que responderam preferir atuar como assalariados com carteira somaram 43%. Outros 7% não opinaram.

A crise econômica no Brasil, que produziu 12,7 milhões de desempregados, empurrou muitos trabalhadores para fora do mercado formal.

O contingente de empregados por conta própria, por exemplo, saltou de 22,2 milhões no trimestre encerrado em agosto de 2016 para 23,3 milhões no mesmo trimestre deste ano.

Por força das circunstâncias ou por desejo, o erro mais comum entre os que migram do regime CLT para o de autônomo é se iludir com ganhos brutos mais elevados.

“A pessoa acha que poderá ser mais livre, o que é uma vantagem, mas não pensa que para isso talvez tenha de trabalhar mais, porque na hora de fazer a conta de quanto precisa ganhar esquece de incluir benefícios”, diz Franco.

“Eles às vezes nem são percebidos no dia a dia, mas fazem a diferença, principalmente para quem ganha menos”, afirma.

O principal “custo extra” do autônomo costuma ser com plano de saúde.

As empresas não são obrigadas por lei a oferecer o benefício, a não ser que seja cláusula de convenção coletiva da categoria. Mas, uma vez que o plano é ofertado, não pode ser cortado, porque se torna um direito adquirido.

“Muitos esquecem também que não terão mais contribuição ao FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço], 13º salário e ganho de um terço de férias”, diz Franco.

Quem faz uma transição planejada para a vida sem empregador deve primeiro estudar bem o mercado em que pretende entrar.

Segundo Kleber Guerche, consultor do Sebrae-SP, é comum autônomos escolherem nichos de atuação com base naquilo em que acreditam serem bons enquanto estão registrados.

“O empregado CLT é operacional e se identifica como qualificado naquela determinada atividade, mas ter um negócio exige a visão de muitas outras áreas”, diz.

Para evitar cair em modismos, é necessário elaborar um plano de negócios, explica Guerche.

Isso significa colocar no papel com detalhes pontos como o tipo de negócio no qual quer trabalhar, quanto de capital tem para isso, como realizará vendas, se vai precisar de funcionários, se buscará a formalização como MEI (microempreendedor individual) ou microempresa ou se vai atuar como autônomo informal.

Além disso, é preciso verificar quem são seus concorrentes, com que margem pode operar e estimar quando deve começar a ter ganho líquido nos negócios.

Os segmentos menos arriscados são aqueles com custo de operação menor, afirma Guerche.

“Se eu mesmo sou a empresa e não tenho custo de funcionário e aluguel, passo a ser um prestador de serviço. A chance de dar certo é maior com um investimento mínimo”, diz. “Mas mesmo nesses casos é preciso identificar se existe demanda.”

Especialistas recomendam também que, antes de começar, o trabalhador autônomo tenha uma reserva que banque de seis a 12 meses de suas despesas fixas, como aluguel, água, energia e seu próprio salário.

É preciso fazer conta ainda para planejar as férias, que não serão mais remuneradas, e a aposentadoria, porque não haverá recolhimento automático ao INSS.

“O trabalhador autônomo pode continuar contribuindo. Mas, independentemente de ser CLT ou conta própria, ele já deveria ter estratégia de investimentos para poupar para a aposentadoria, porque o INSS tem um teto”, afirma Franco.

A planejadora financeira Annalisa Blando Dal Zotto, da Par Mais, empresa de investimentos financeiros, afirma que os trabalhadores informais devem tentar também controlar as finanças e não fazer dívidas.

Isso é essencial para que quem têm limite de crédito e bom relacionamento com o banco consiga manter a linha e tomá-la, se necessário.

### **Direito da gestante à estabilidade não depende de conhecimento do empregador**

15/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-0-2018)

O Supremo negou provimento ao recurso de uma empresa da área de serviços, na sessão plenária de quarta, 10, e definiu que o desconhecimento da gravidez de funcionária quando da demissão não afasta a responsabilidade do empregador pelo pagamento da indenização por estabilidade.

No julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 629053, com repercussão geral reconhecida, o colegiado seguiu o voto do ministro Alexandre de Moraes, segundo o

qual o relevante é a data biológica de existência da gravidez, e não sua comunicação ao empregador.

Segundo o voto do ministro Alexandre de Moraes, que abriu a divergência em relação ao voto do ministro Marco Aurélio, relator, 'a comunicação formal ou informal ao empregador não é necessária, uma vez que se trata de um direito instrumental para a proteção à maternidade e contra a dispensa da gestante e que tem como titulares a empregada e a criança'.

"O que o texto constitucional coloca como termo inicial é a gravidez. Constatado que esta ocorreu antes da dispensa arbitrária, incide a estabilidade", afirmou.

Segundo ele, 'a comprovação pode ser posterior, mas o que importa é se a empregada estava ou não grávida antes da dispensa para que incida a proteção e a efetividade máxima do direito à maternidade'.

"O desconhecimento por parte da trabalhadora ou a ausência de comunicação – destacou o ministro –, não pode prejudicar a gestante, uma vez que a proteção à maternidade, como direito individual, é irrenunciável", assinala o ministro.

Alexandre ressaltou que, no caso dos autos, não se discute que houve a gravidez anterior à dispensa, mas sim que era desconhecida também da gestante e que foi avisada ao empregador após a dispensa.

Ficou vencido o relator, para quem a estabilidade era válida desde que o empregador tivesse ciência da gravidez em momento anterior ao da dispensa imotivada.

A tese de repercussão geral proposta por Alexandre, que será o redator do acórdão, e aprovada pelo Plenário, foi a seguinte: "A incidência da estabilidade prevista no artigo 10, inciso II, alínea 'b', do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa."

## **Mercado volta a elevar expectativa para inflação, mas reduz conta para dólar**

15/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### **Projeção para o câmbio vai para R\$ 3,81 ante R\$ 3,89 na semana passada**

O mercado voltou a aumentar a projeção para a inflação neste ano, mas reduziu a expectativa para o dólar, além de deixar inalterados os cenários para a atividade econômica e para taxa básica de juros, na esteira do avanço de Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) para o segundo turno da eleição presidencial.

A pesquisa Focus divulgada nesta segunda-feira (15) pelo Banco Central mostrou que a expectativa agora é de uma inflação de 4,43% em 2018 e de 4,21% em 2019, sobre 4,40% e 4,20% respectivamente no levantamento anterior.

O centro da meta oficial para este ano é de 4,50% e, para 2019, de 4,25%. A margem de tolerância para ambos os anos é de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.



Aumento nas expectativas para a alta do IPCA acontece apesar da redução na conta para o dólar este ano - Diego Herculano/Folhapress

O aumento nas expectativas para a alta do IPCA acontece apesar da redução na conta para o dólar este ano a R\$ 3,81, de R\$ 3,89 antes, e para R\$ 3,80 em 2019, de R\$ 3,83.

Entretanto, para este ano a projeção para os preços administrados foi elevada a 7,84%, 0,11 ponto percentual a mais do que na pesquisa anterior.

Para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), entretanto, permanece o cálculo de 1,34% neste ano e de 2,50% no próximo.

Este é primeiro levantamento realizado semanalmente pelo BC com projeções feitas após o primeiro turno da eleição à Presidência da República, em que Bolsonaro conquistou uma votação expressiva, mas em que Haddad foi salvo pela Região Nordeste para garantir uma nova rodada de votação em 28 de outubro.

A pesquisa semanal com uma centena de economistas mostrou ainda que não mudou a perspectiva de que a Selic terminará este ano a 6,5% e 2019 a 8%. O Top-5, grupo dos que mais acertam as previsões, também manteve sua projeção para este ano em 6,5%, mas aumentou a do ano que vem de 7,88% para 8%.

### **Selic no fim de 2019 permanece em 8,00% ao ano, mostra Focus do BC**

15/10/2018 – Fonte: Tribuna PR

Os economistas do mercado financeiro mantiveram suas projeções para a Selic (a taxa básica) para o fim de 2018 e de 2019.

O Relatório de Mercado Focus trouxe nesta segunda-feira, 15, que a mediana das previsões para a Selic este ano seguiu em 6,50% ao ano. Há um mês, estava no mesmo patamar. Já a projeção para a Selic em 2019 permaneceu em 8,00% ao ano, igual ao verificado há quatro semanas.

No caso de 2020, a projeção para a Selic continuou em 8,38% e, para 2021, permaneceu em 8,00%. Há um mês, os percentuais projetados eram de 8,13% para 2020 e de 8,00% para 2021.

Há quatro semanas, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC anunciou a manutenção, pela quarta vez consecutiva, da Selic em 6,50% ao ano. Ao mesmo tempo, a instituição sinalizou que, caso o cenário apresente piora, a taxa poderá começar a subir, de forma gradual. Esta mensagem foi reiterada na ata do Copom e no Relatório Trimestral de Inflação (RTI), divulgados há três semanas.

Para o grupo dos analistas consultados que mais acertam as projeções (Top 5) de médio prazo, a mediana da taxa básica em 2018 seguiu em 6,50% ao ano, igual ao verificado um mês antes. No caso de 2019, a projeção do Top 5 para a Selic passou de 7,88% para 8,00%, ante 7,63% de quatro semanas atrás.

Já para 2020, passou de 8,00% para 8,25% e, para 2021, permaneceu em 8,00%. Há um mês, estavam em 8,00% para 2020 e 2021.

### **IPCA para 2018 passa de 4,40% para 4,43%, prevê Focus**

15/10/2018 – Fonte: Tribuna PR

Os economistas do mercado financeiro alteraram a previsão para o IPCA – o índice oficial de preços – de 2018. O Relatório de Mercado Focus divulgado na manhã desta

segunda-feira, 15, pelo Banco Central mostra que a mediana para o IPCA este ano passou de alta de 4,40% para elevação de 4,43%. Há um mês, estava em 4,09%. A projeção para o índice em 2019 subiu de 4,20% para 4,21%. Quatro semanas atrás, estava em 4,11%.

O relatório Focus trouxe ainda a projeção para o IPCA em 2020, que seguiu em 4,00%. No caso de 2021, a expectativa passou de 3,95% para 3,92%. Há quatro semanas, essas projeções eram de 4,00% e 3,92%, nesta ordem.

A projeção dos economistas para a inflação em 2018 está dentro da meta deste ano, cujo centro é de 4,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual (índice de 3,0% a 6,0%). Para 2019, a meta é de 4,25%, com margem de 1,5 ponto (de 2,75% a 5,75%). No caso de 2020, a meta é de 4,00%, com margem de 1,5 ponto (de 2,5% a 5,5%). Já a meta de 2021 é de 3,75%, com margem de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%).

Há três semanas, o BC atualizou suas projeções para os índices de preços, com a divulgação do Relatório Trimestral de Inflação (RTI). No cenário de mercado, que utiliza o câmbio e os juros projetados no Focus como referência, a expectativa para o IPCA em 2018 é de 4,1%. Para 2019, a projeção é de 4,0% e, para 2020, de 3,6%. No caso de 2021, a projeção do BC é de 3,8%.

No Focus agora divulgado, entre as instituições que mais se aproximam do resultado efetivo do IPCA no médio prazo, denominadas Top 5, a mediana das projeções para 2018 foi de 4,46% para 4,50%. Para 2019, a estimativa do Top 5 passou de 4,22% para 4,23%. Quatro semanas atrás, as expectativas eram de 4,17% e 4,10%, respectivamente.

No caso de 2020, a mediana do IPCA no Top 5 permaneceu em 4,00%, igual ao verificado há um mês. A projeção para 2021 no Top 5 continuou em 3,88%, ante 3,75% de um mês atrás.

### **Próximos meses**

No Focus, os economistas alteraram a previsão para a inflação em outubro de 2018, de 0,39% para 0,41%. Um mês antes, o porcentual projetado estava em 0,31%.

Para novembro, a projeção se manteve em 0,30% e, para dezembro, permaneceu em 0,35%. Há um mês, os percentuais também eram de 0,30% e 0,35%, nessa ordem.

### **Últimos 5 dias úteis**

A projeção mediana para o IPCA 2018 atualizada com base nos últimos 5 dias úteis passou de 4,41% para 4,45%, conforme o Relatório de Mercado Focus. Houve 45 respostas para esta projeção no período. Há um mês, o porcentual calculado estava em 4,19%.

No caso de 2019, a projeção do IPCA dos últimos 5 dias úteis continuou em 4,19%. Há um mês, já estava em 4,19%.

As projeções do IPCA que consideram apenas os últimos 5 dias úteis são uma das novidades do novo formato do Focus. As estimativas gerais do IPCA, que seguem fazendo parte do Focus, levam em conta os últimos 30 dias. Conforme o BC, a intenção de divulgar projeções com base nos últimos dias úteis é mostrar um retrato mais tempestivo do indicador de inflação.

### **Preços administrados**

O Relatório Focus indicou nesta segunda-feira alteração na projeção para os preços administrados em 2018. A mediana das previsões do mercado financeiro para o indicador este ano passou de alta de 7,73% para elevação de 7,84%. Para 2019, a mediana seguiu com elevação de 4,80%. Há um mês, o mercado projetava aumento

de 7,30% para os preços administrados neste ano e elevação de 4,80% no próximo ano.

As projeções atuais do BC para os preços administrados, no cenário de mercado, indicam elevações de 7,7% em 2018 e 5,4% em 2019. Estes percentuais foram informados no Relatório Trimestral de Inflação divulgado há três semanas.

### **IGP-M**

O Focus também mostrou que a mediana das projeções para a alta do IGP-M em 2018 passou de 9,60% para 9,92%. Há um mês, estava em 8,71%. No caso de 2019, a alta do IGP-M projetada foi de 4,49% para 4,50%, ante os mesmos 4,50% de quatro semanas antes.

Calculados pela Fundação Getulio Vargas (FGV), os Índices Gerais de Preços (IGPs) são bastante afetados pelo desempenho do câmbio e pelos produtos de atacado, em especial os agrícolas.

### **'Há consenso que reformas e ajustes devem seguir para elevar PIB', diz Ilan**

15/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-10-2018)

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, deve manifestar no discurso que fará em nome do governo brasileiro na sessão plenária do IMFC no sábado, 13, durante a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) que, em meio ao processo eleitoral para a escolha do próximo presidente da República, há “um aparente consenso em ascensão de que as reformas e ajustes” das contas públicas “devem continuar para elevar o crescimento sustentável” do País. O IMFC é o Comitê Monetário e Financeiro Internacional do FMI.

“Apesar do progresso da agenda de reformas adotada no Brasil nos últimos dois anos, o passo decisivo da mudança estrutural da Previdência Social ainda está para ser adotado”, comentará Goldfajn.

Nas suas palavras oficiais, o representante do Brasil destacará que a recuperação da economia está em curso, embora num ritmo menor do que o esperado. “A resiliência do País a choques externos é bem testada.

Uma robusta posição do balanço de pagamentos, a taxa de câmbio flutuante, adequado nível de reservas, baixo nível de inflação e expectativas bem ancoradas de inflação sustentam a capacidade do Brasil de resistir a choques.” Segundo ele, a combinação das contas correntes equilibradas com investimentos estrangeiros diretos vigorosos é uma vantagem nacional.

### **Crescimento desigual**

Para Ilan Goldfajn, desde abril o crescimento global tornou-se mais desigual. Ele deve apontar que, enquanto a perspectiva para a economia mundial no geral continua robusta, as condições financeiras de mercados emergentes ficaram mais apertadas.

Na sua avaliação, a expansão dos Estados Unidos, apoiada por impulsos fiscais da reforma tributária, continuará forte e é projetada a permanecer desta forma em 2019. No caso da China, o país asiático tem administrado o equilíbrio da demanda do nível de atividade com uma redução calculada do seu PIB.

“Países emergentes importantes recuperam-se de recessões e desacelerações, embora geralmente em taxas mais modestas do que o esperado”, destacará Goldfajn, ressaltando que, mesmo com um cenário favorável, riscos requerem uma visão mais cautelosa da perspectiva para estas nações.

Ele deverá enfatizar que as condições financeiras globais podem mudar. O mundo está em transição de um período de excepcionais políticas monetárias que estimulam a demanda agregada nas principais economias avançadas para políticas em condições normalizadas.

Na avaliação de Ilan Goldfajn, o gradual ciclo de alta de juros e redução do balanço de ativos pelo Federal Reserve são guiados por dados econômicos e boa comunicação, a ponto de ser altamente antecipada por agentes nos mercados. Porém, com a normalização da política monetária em plena evolução, "as condições financeiras tendem a mudar na mesma direção."

Em meio a este processo, o sentimento de mercado provavelmente terá um comportamento mais sensível, levando a menor apetite por risco. "Assim sendo, condições financeiras mais apertadas e episódios de volatilidade devem ser aguardados durante este movimento para um novo equilíbrio."

Ilan Goldfajn também deverá destacar que a longa duração de políticas expansionistas e a situação favorável das condições financeiras pelo mundo gerou inconsistências e criou espaço para altos níveis de dívidas que requerem ajustes. "Enquanto este foi um desdobramento amplo pelo mundo, vulnerabilidades foram acentuadas em países com elevados descasamentos de moedas e necessidades financeiras."

Tensões comerciais. Outro ponto importante do discurso de Goldfajn apontará que em muitos países a globalização e multilateralismo não têm apoio político, pois os benefícios da grande integração mundial não atingiram toda a população, com segmentos que não foram atendidos ou com políticas sociais que tiveram bases insustentáveis, o que gerou desequilíbrios que requerem "forte e urgente" correção.

Ele ainda deve falar, de acordo com seu discurso antecipado pelo Banco Central em seu site, que as tensões comerciais em curso, alimentadas pela descrença no multilateralismo, pioram as dificuldades, adicionando incertezas e podem levar a menor equilíbrio econômico, com a perda de eficiência global.

"Os recentes episódios de volatilidade em mercados emergentes são parte deste ambiente em mudança", deve frisar Goldfajn. Segundo ele, esta conjuntura é marcada por fatores idiossincráticos relevantes, mas as causas principais são internacionais, enquanto a liquidez e as condições financeiras mundiais estão em transição para padrões normais.

Na visão do representante do Brasil na plenária do IMFC, "dada a mesma natureza de choque, mercados emergentes podem ser afetados enquanto classe de ativos, mesmo que as economias individuais continuam a ser diferenciadas. "A materialização de riscos, como uma surpresa inflacionária nos EUA ou uma escalada de disputas comerciais prolongadas pode levar a deterioração das condições financeiras globais."

Para Goldfajn, apesar deste cenário ser mais preocupante para mercados emergentes, com o processo de normalização da taxa de juros em economias avançadas, outros países podem ser afetados, inclusive em ativos de governos. Se tal situação for confirmada, o FMI precisará ter boas condições de funding para "assegurar a confiança na sustentabilidade fiscal e engendrar maior crescimento."

De acordo com o representante do Brasil na plenária do IMFC, este quadro demanda atitudes resolutas em níveis nacional e multilateral. "A defesa de países começa no front doméstico, com a calibragem de políticas dentro de arcabouço consistente e, onde aplicável, taxa de câmbio flutuante para absorver choques. Adicionalmente, proteções, especialmente na forma de reservas internacionais ajudam a suavizar o caminho do ajuste."

## **Alta do dólar só deve afetar dívidas de empresas indiretamente, diz Fitch**

15/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 14-10-2018)

### **Agência avaliou como o balanço de 56 empresas seriam afetados se moeda americana subisse mais**

A oscilação cambial poderá ter impacto indireto, no ambiente de negócios, e não direto na alavancagem de empresas, segundo a Fitch, que analisou as companhias mais expostas a dívidas no exterior.

A agência avaliou como o balanço do segundo trimestre de 56 empresas seriam afetados se o dólar estivesse 20% e 30% mais alto que em 30 de junho, quando atingiu R\$ 3,87.

InterCement e Gol seriam as mais impactadas —elas não comentam as projeções.



Cédulas de dólares - Marcelo Fonseca - 6.jun.18/Folhapress

O dólar chegou a um pico de R\$ 4,19 em 13 de setembro deste ano. A maior parte das grandes empresas está bem protegida desse tipo de flutuação, afirma Ricardo Carvalho, diretor da Fitch.

“Muitos se anteciparam em relação ao vencimento de dívidas em 2018 e 2019 e carregaram mais liquidez em seus balanços [têm mais dinheiro em caixa]”, diz ele.

“O impacto da mudança de risco com alterações no câmbio é mais no ambiente de negócios porque é algo que pode chegar na inflação, afetar o patamar de juros e pressionar os custos financeiros.”

O tom da disputa eleitoral deste ano levou a uma proteção ainda maior por parte das companhias, diz Marcos Piellusch, da FIA (Fundação Instituto de Administração).

“Os personagens da eleição são muito diferentes, o que levou empresas a usarem mais o hedge [instrumento para suavizar flutuação cambial].”

As empresas mais expostas à oscilação cambial têm em comum o uso limitado de hedge, endividamento elevado em moeda estrangeira e geração de receita em reais.

## **Produção de minério de ferro pela Vale atinge novo recorde no 3º trimestre**

15/10/2018 – Fonte: UOL

A produção de minério de ferro pela Vale no terceiro trimestre do ano bateu novo recorde ao somar 104,945 milhões de toneladas, aumento de 10,3% em relação a igual período do ano anterior. Em relação ao trimestre imediatamente anterior, o aumento foi de 8,5%. No acumulado do ano a produção alcançou 283,652 milhões de toneladas, crescimento de 3,1%.

A Vale informa, no relatório de produção divulgado na manhã desta segunda-feira, 15, que no terceiro trimestre alcançou o ritmo de produção de 400 milhões de toneladas anuais. A companhia reiterou, ainda, a meta de produção de 390 milhões de toneladas



de minério de ferro para este ano e de 400 milhões de toneladas de 2019 em diante, conforme o divulgado no final do ano passado.

A Vale frisou que a qualidade de seu minério de ferro melhorou, sendo que em média alcançou 64% no trimestre em análise, ante 63,8% no segundo trimestre do ano. Segundo a companhia, o S11D representou no trimestre uma maior participação de vendas de produtos classificados como premium, indo a 79%, ante 77% no trimestre anterior.

O ritmo de produção do S11D está em 70% e a produção anual neste ano ficará entre 50 milhões de toneladas e 55 milhões de toneladas, no limite superior do guidance divulgado pela empresa.

A produção de pelotas pela Vale também registrou recorde no terceiro trimestre do ano, com 13,879 milhões de toneladas, aumento de 8,7% em relação ao observado no mesmo período do ano anterior. Na comparação com o segundo trimestre, o aumento foi de 8,1%. No ano até setembro o volume produzido de pelotas chegou em 39,497 milhões de toneladas, expansão de 5,6%.

A Vale destaca no documento divulgado nesta manhã que com tal desempenho, juntamente com o reinício da planta de pelotização de São Luís no terceiro trimestre, levará a mineradora a atingir sua meta de produção de pelotas para o ano, de 55 milhões de toneladas e de 60 milhões de toneladas em 2019.

### **Vendas**

A Vale seguiu com sua estratégia de aumentar seus estoques de minério de ferro offshore, que ficam mais próximos de seus clientes. Com isso, atingiu recorde de vendas de minério, com 98,2 milhões de toneladas no terceiro trimestre, de 83,976 milhões de toneladas, aumento de 9,4% ante o visto um ano antes. Esse volume considera, por exemplo, minério de terceiros. Ante o trimestre imediatamente anterior o aumento foi de 14,6%.